



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Divisão de Apoio às Comissões

**CAE**

Nº Único 600641

Entrada/Saida nº 70 Data 4/5/18

Procº \_\_\_\_\_

**Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Assembleia da República  
Deputado Eduardo Ferro Rodrigues**

**Assunto:** Relatório sobre a participação da Assembleia da República na Reunião de Presidentes da COSAC – Sófia, 21 e 22 de janeiro de 2018

*Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia da República,  
Estimado Deputado Ferro Rodrigues,*

Para os devidos efeitos, junto envio a Vossa Excelência o Relatório da participação da Assembleia da República na Reunião de Presidentes da COSAC, que decorreu em Sófia, Bulgária, nos dias 21 e 22 de janeiro de 2018.

Com os meus melhores cumprimentos, *Com elevada Consideração Pessoal*

**A PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(Regina Bastos)**



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
Comissão de Assuntos Europeus

## **Relatório da Participação da Assembleia da República**

na

### **Reunião de Presidentes da COSAC**

**(Sófia, 21 e 22 de janeiro de 2018)**

#### **Composição da Delegação**

Integrou a Delegação da Assembleia da República a Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada Regina Bastos (PSD).

A assessoria foi prestada pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Cristina Neves Correia.

#### **Enquadramento**

A Assembleia Nacional da Bulgária (*Narodno sabranie*), no âmbito da dimensão parlamentar da respetiva Presidência do Conselho da União Europeia (UE), organizou, em Sófia, nos dias 21 e 22 de janeiro de 2018, a Reunião de Presidentes da COSAC. Esta reunião contou com a participação dos Parlamentos Nacionais (PN), do Parlamento Europeu (PE), dos Parlamentos dos países candidatos e, com o estatuto de convidados especiais, os Parlamentos da Suíça, Islândia, Kosovo e Noruega, conforme consta da lista de participantes<sup>1</sup>.

#### **Da Reunião dos Presidentes da COSAC**

Do Programa da Reunião de Presidentes da COSAC<sup>2</sup> constavam os pontos que seguidamente se apresentam:

<sup>1</sup> A Lista de participantes está disponível em: [http://www.cosac.eu/59-bulgaria-2018/meeting-of-the-chairpersons-of-cosac-21-22-january-2018-sofi/c2%20-%20List%20of%20Participants\\_COSAC.pdf](http://www.cosac.eu/59-bulgaria-2018/meeting-of-the-chairpersons-of-cosac-21-22-january-2018-sofi/c2%20-%20List%20of%20Participants_COSAC.pdf)

<sup>2</sup> O programa pode ser consultado em: <http://www.cosac.eu/59-bulgaria-2018/meeting-of-the-chairpersons-of-cosac-21-22-january-2018-sofi/b4%20EN%2017.01.2018.%20CHAIRPERSONS%20MEETING.pdf>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

### *1. Sessão de Abertura*

A sessão foi presidida pelo Deputado Kristian Vigenin, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus e Supervisão de Fundos Europeus (CAESFE) do Parlamento búlgaro, que deu as boas-vindas aos participantes, salientando que a reunião em curso dava início às atividades relacionadas com a dimensão parlamentar da Presidência búlgara do Conselho da UE. De seguida, concedeu a palavra à Presidente da Assembleia Nacional búlgara, Tsveta Karayancheva.

A oradora reiterou as boas-vindas à audiência, sublinhando, igualmente, a inauguração das atividades parlamentares da primeira Presidência búlgara do Conselho da UE e salientando a importância da COSAC que, ao longo de trinta anos, se tem vindo a afirmar como plataforma para a participação dos Parlamentos no processo de decisão europeu, garantindo o envolvimento dos cidadãos, bem como uma supervisão democrática das instituições europeias, em cumprimento dos princípios da subsidiariedade e proporcionalidade.

Retomou a palavra o Deputado Kristian Vigenin, que referiu estar ciente da responsabilidade que lhe cabe no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência búlgara do Conselho da UE, num tempo de crise e de desafios, onde os Parlamentos Nacionais e os seus membros detêm um papel primordial, assegurando a responsabilização (*accountability*) e legitimidade das ações europeias perante os cidadãos. Mencionou, ainda, que os membros da UE apenas poderiam ser fortes se se mantivessem unidos e correspondessem às expectativas, especialmente em áreas como a segurança, a economia, a inclusão social, a proteção ambiental e as alterações climáticas.

Por fim, o orador deu as boas-vindas aos colegas que, pela primeira vez, se encontravam a participar numa reunião da COSAC, na qualidade de Presidentes das respetivas Comissões de Assuntos Europeus, a saber: Bojan Kekec, do Parlamento esloveno; Jonas Erikson, do Parlamento sueco e Guido Wolf, do Bundesrat alemão.

### *2. Adoção da agenda da Reunião de Presidentes da COSAC*

A agenda da reunião de Presidentes da COSAC foi apresentada e submetida à aprovação, tendo sido acolhida por consenso sem comentários ou alterações.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

### 3. Questões procedimentais e outros assuntos

- Informações sobre o resultado da reunião da troica presidencial da COSAC;
- Projeto de agenda da LIX COSAC;
- Sumário do 29.º Relatório Bianual da COSAC;
- Cartas recebidas pela Presidência;
- Assuntos procedimentais.

O Presidente da CAESFE do Parlamento búlgaro, Kristian Vigenin, apresentou os principais resultados da reunião da troica presidencial da COSAC, realizada na véspera, informando que tinha sido dado acordo à proposta de programa da LIX COSAC, bem como à proposta de questionário, que servirá de base à elaboração do 29.º Relatório Bianual da COSAC.

De seguida, apresentou o programa provisório da reunião da LIX COSAC, que terá lugar nos dias 17 a 19 de junho, em Sófia, e durante a qual deverão ser debatidos os seguintes temas: resultados alcançados pela Presidência búlgara do Conselho da UE; integração e conectividade dos Balcãs ocidentais; o Pilar Europeu dos Direitos Sociais; uma Política de Coesão pós 2020 forte e efetiva; a cooperação interparlamentar na UE no contexto do debate da subsidiariedade e da proporcionalidade, contando esta sessão com a presença do Vice-Presidente da Comissão Europeia, Comissário Frans Timmermans, para discussão dos resultados da *task force* por ele liderada sobre “subsidiariedade, proporcionalidade e fazer menos com maior eficiência”.

A reunião continuou, com a apresentação sucinta dos três capítulos do sumário do Relatório Bianual<sup>3</sup>, a saber: o futuro da UE, com enfoque, por um lado, nas expectativas dos Parlamentos Nacionais quanto aos resultados da *task force* sobre “subsidiariedade, proporcionalidade e fazer menos com maior eficiência” e, por outro, nas opiniões dos Parlamentos Nacionais quanto a possíveis alargamentos da UE; o Quadro Financeiro Plurianual 2021- 2027, no contexto da Política de Coesão pós 2020 e do Brexit; e, finalmente, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, numa abordagem de boas práticas para reforçar e melhorar o escrutínio parlamentar dos assuntos sociais. Como habitualmente, o relatório será elaborado com base nas respostas a um questionário, cuja previsão de envio aos Parlamentos Nacionais é de 13 de fevereiro, com solicitação de resposta até 19 de março de 2018.

<sup>3</sup> Pode ser consultado em: <http://www.cosac.eu/59-bulgaria-2018/meeting-of-the-chairpersons-of-cosac-21-22-january-2018-sofi/d1%20EN%2010.01.2017%20Draft%20Outline%20of%20the%2029th%20Bi-Annual%20Report.pdf>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

A Presidência aludiu, então, às cartas recebidas.<sup>4</sup>

No que concerne aos assuntos procedimentais, foi transmitida a intenção de criação de um grupo de trabalho, com vista a uma ampla discussão referente ao trabalho da *task force* sobre “subsidiariedade, proporcionalidade e fazer menos com maior eficiência”, na qual participariam representantes dos três Paramentos da troica (Estónia, Bulgária e Áustria). O Presidente Vigenin explicou que, no dia anterior, em sede de reunião da troica, havia sido decidido que deveriam ser admitidos dois membros de cada Parlamento Nacional no referido grupo, acompanhados por um assessor. As reuniões do mencionado grupo deveriam ter lugar em Bruxelas, no Parlamento Europeu, devendo ulteriores pormenores ser transmitidos após a primeira reunião da *task force*, prevista para o dia 25 de janeiro.<sup>5</sup>

Nesta fase, pediram a palavra os Deputados Malik Azmani (Tweede Kamer holandesa), que criticou os prazos e a forma de estabelecimento da *task force*; o Senador checo Václav Hampl, que convidou os presentes a aderirem à carta endereçada pela sua Câmara à *task force* (disponível na ligação da nota rodapé n.º 4); o Deputado cipriota Kyriakos - Hadjiyianni, que criticou a presença de uma delegação do Kosovo na reunião, crítica válida para futuras reuniões; e, finalmente, a Senadora romena Gabriela Cretu, que referiu não ser necessário continuar a discussão sobre os contornos da *task force*, na medida em que a mesma se consubstancia num mero corpo consultivo e não deliberativo, acrescentando que os Paramentos Nacionais pareciam estar já a fazer mais e de forma mais eficiente.

#### 4. As Prioridades da Presidência búlgara do Conselho da União Europeia

Este painel<sup>6</sup> teve início com uma breve intervenção do Presidente Vigenin que, referindo a excelente cooperação entre o Governo e o Parlamento, sublinhou que a Assembleia Nacional havia aprovado, a 1 de dezembro de 2017, uma Resolução de apoio às prioridades da Presidência búlgara para o primeiro semestre de 2018. De seguida, deu a palavra à Ministra da Presidência búlgara do Conselho da União Europeia, Lilyana Pavlova.

<sup>4</sup> Disponíveis em: <http://www.cosac.eu/59-bulgaria-2018/meeting-of-the-chairpersons-of-cosac-21-22-january-2018-sofi/>

<sup>5</sup> À data da conclusão do presente relatório, encontra-se já agendada a primeira reunião do Grupo de Trabalho para 26 de março de 2018.

<sup>6</sup> O vídeo desta sessão encontra-se disponível em: <https://parleu2018bg.bg/en/videos/24>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

A oradora reiterou a boa coordenação e entendimento entre Governo e Parlamento na elaboração das prioridades da primeira Presidência búlgara da UE que, lançadas em junho de 2017, haviam sido objeto de mais de 200 debates, alguns dos quais com a colaboração do Parlamento.

Referindo-se ao lema da Presidência, (a união faz a força / *united we stand strong*), a Ministra sublinhou que esta mensagem era mais válida do que nunca na Europa. A oradora continuou, explicando que a Presidência se desenrolava em torno de quatro prioridades, abertas e flexíveis.

A **primeira prioridade** consistia no futuro da Europa e dos jovens, com especial atenção ao Quadro Financeiro Plurianual (QFP) subsequente e no rescaldo do Brexit. Neste contexto, o desafio residiria em encontrar o balanço entre 10 a 15 mil milhões de euros a menos no próximo QFP, e, simultaneamente, garantir fundos suficientes para fazer face a desafios antigos, como a Política de Coesão e a Política Agrícola Comum (PAC), mas também a novos desafios como a segurança, as migrações, a ação externa, as alterações climáticas e outros. Comunicou que, a 9 de março, ocorreria em Sófia uma conferência de alto nível, durante a qual os ministros das finanças tentariam encontrar um terreno comum sobre como fazer mais com menos, através, entre outras, de uma discussão sobre recursos próprios. Neste contexto, desejou que a proposta do QFP pudesse vir a ser adotado rapidamente, sobretudo tendo em conta as eleições europeias de 2019.

Quanto à **segunda prioridade** - segurança e estabilidade - a oradora sublinhou que tal implicava assegurar um controlo de fronteiras externas, bem como o funcionamento adequado dos sistemas de segurança existentes. Neste contexto, referiu-se ao Grupo de Trabalho "Amigos da Presidência", criado com o objetivo de reformar o sistema de asilo. Reconheceu que ainda havia visões divergentes sobre a matéria, acrescentando que este era um dos tópicos mais desafiadores, na medida em que já havia sido objeto de trabalho de quatro Presidências. Neste contexto, a Ministra desejou uma avaliação do rescaldo da crise dos migrantes, tal como o uso de todos os mecanismos e fundos para fazer investimentos em África. Expressou, ainda, o desejo de que pudesse ser alcançado um acordo durante a Presidência búlgara.

Referindo-se à **terceira prioridade** - perspetiva europeia e conectividade dos Balcãs ocidentais - ambicionou que a Presidência búlgara pudesse vir a ser recordada nesta vertente. Sublinhou que a paz e a estabilidade na Europa eram fundamentais e que os Balcãs ocidentais faziam parte da Europa. A oradora recordou as dificuldades pelas quais esta região



Comissão de Assuntos Europeus

tem passado, num passado recente, em termos políticos e económicos, sendo, por isso, a altura de lhes dar uma clara perspetiva europeia. Acrescentou, que a Presidência não pretendia dar falsas esperanças a esses Estados, que teriam de preencher os necessários critérios para a adesão, com os quais tinham de se comprometer, não havendo nenhuma data garantida para os próximos seis meses.

Referiu-se, então, à **quarta prioridade** - economia, competências e mercado digital. Neste contexto, a oradora louvou os esforços da Presidência estónia pelos progressos conseguidos na área, referindo, no entanto, que havia ainda um longo trabalho por fazer, tendo a Presidência herdado mais de 120 *dossiers* para conclusão. Comprometeu-se a envidar todos os esforços para que o Mercado Único Digital pudesse começar a funcionar em 2018, acrescentando que, para tal, seria necessário concluir 15 *dossiers* legislativos. Na sua opinião, a Presidência esperava conseguir chegar a um compromisso, nomeadamente no que concerne à proteção de dados, livre circulação de dados, *copyright* e cibersegurança. Comunicou, ainda, a realização de uma semana digital "WebIt", a ter lugar em data próxima do final da Presidência, para a qual se esperavam 200 participantes e que deveria constituir o início do mercado único digital em pleno funcionamento.

A oradora terminou a sua intervenção, recordando alguns dados sobre a Bulgária: o seu sector digital registou um aumento de rendimento de mais de 600% e 31% dos profissionais da área são mulheres, o que constitui uma das mais altas taxas de feminização do setor na Europa. Mostrou-se, ainda, orgulhosa dos indicadores económicos: crescimento de 4%, défice orçamental zero e uma dívida pública de menos de 26%.

Seguiu-se uma fase de debate, no qual participaram vinte parlamentares, maioritariamente manifestando apoio às prioridades estabelecidas pela Presidência búlgara. Os oradores partilharam, ainda, preocupações quanto aos atuais desafios da UE, referindo, entre outras, as consequências do Brexit, o futuro Quadro Financeiro Plurianual e a segurança e defesa.<sup>7</sup>

Participou no debate a Presidente da CAE, **Deputada Regina Bastos**, que iniciou a sua intervenção agradecendo aos membros da Assembleia Nacional a hospitalidade e desejando os maiores sucessos à Presidência búlgara do Conselho da UE. Continuou expressando o

---

<sup>7</sup> Para além do vídeo da sessão, cuja ligação consta da nota de rodapé n.º 6, um maior detalhe das diversas intervenções pode ser encontrado no sumário da reunião, em língua inglesa, em: <http://www.cosac.eu/59-bulgaria-2018/meeting-of-the-chairpersons-of-cosac-21-22-january-2018-sofi/i2%20-%20MINUTES%20OF%20THE%20MEETING%20OF%20THE%20CHAIRPERSONS%20OF%20COSAC.pdf>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

seu apoio às prioridades da Presidência, as quais deveriam guiar a participação dos Parlamentos Nacionais nas políticas da UE nos seis meses subsequentes. Neste contexto, sublinhou que o futuro dos jovens, em conjunto com o crescimento económico e a coesão social, se consubstanciavam em objetivos que todos os Estados-Membros deveriam prosseguir. A este propósito, salientou que, combater o desemprego jovem, adaptar novos postos de trabalho à economia digital, usando as tecnologias da informação e comunicação, bem como os sistemas de educação, para aquisição de competências para o futuro, garantiria um melhor acesso ao mercado de trabalho.

Continuou referindo que nos encontrámos a caminho de uma Europa mais forte, com a participação de 25 Estados Membros (EM) na Cooperação Estruturada Permanente (CEP) em matéria de Segurança e Defesa. Acrescentou, no entanto, que esta segurança teria de andar a par e passo com a solidariedade, bem como com um esforço conjunto para a resolução dos problemas resultantes das migrações.

Aludindo à política de alargamento, atualmente suspensa, defendeu que esta poderia permitir, no futuro, a adesão de novos Estados, nomeadamente dos Balcãs Ocidentais, uma vez cumpridos os necessários critérios.

Prosseguiu a sua intervenção, sublinhando que, atendendo aos desafios atualmente enfrentados pela União, o *slogan* desta Presidência – *a união faz a força / united we stand strong* – não poderia ser mais adequado pois a força da UE depende da capacidade de resposta aos desafios presentes, como o Brexit, as migrações, a política de coesão, entre outros. Terminou referindo que os cidadãos europeus exigem respostas para as suas preocupações e para os desafios de hoje e que só uma Europa unida os conseguirá ultrapassar.

##### *5. O Futuro da União Europeia - Força na Unidade*

Esta sessão<sup>8</sup>, moderada pelo Presidente da CAESFE do Parlamento búlgaro, Kristian Vigenin, contou com as intervenções dos seguintes oradores: Iliana Iotova, Vice-presidente da República da Bulgária; Frans Timmermans, primeiro Vice-presidente da Comissão Europeia; e Iskra Mihaylova, Presidente da Comissão do Desenvolvimento Regional (REGI) do Parlamento Europeu.

---

<sup>8</sup> O vídeo desta sessão encontra-se disponível em: <https://parleu2018bg.bg/en/videos/25>





ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

O moderador abriu a sessão recordando que a Bulgária ocupava a Presidência no final de um ciclo legislativo, num tempo para ações e de claro valor acrescentado europeu para os cidadãos da UE. Sublinhou, ainda, o papel dos Parlamentos Nacionais no debate sobre a legitimidade democrática da UE, bem como a necessidade de solidariedade e coesão, tal como confirmado pela Declaração de Roma<sup>9</sup>. Referiu que os búlgaros continuavam a ser fortemente pró-europeus e otimistas quanto ao futuro da UE, dando, de seguida, a palavra à oradora Iliana Iotova Vice-presidente da República da Bulgária.

A oradora iniciou a sua intervenção assegurando que a Bulgária tinha uma posição forte e ativa nos principais temas em debate, desde a segurança e financiamento da UE, ao contexto do Brexit e às relações com o Reino Unido, bem como quanto à liderança da UE no cenário global. Lamentou que a Declaração de Roma tivesse sido assinada num momento em que os cidadãos se encontravam insatisfeitos com a UE. Prosseguiu, registando a falta de diálogo com a sociedade civil. Lamentou, igualmente, as consequências da falta de solidariedade entre os Estados-Membros e defendeu a construção de um projeto europeu baseado em políticas específicas e não em discussões políticas teóricas.

A oradora salientou, igualmente, a falta de discussão pública sobre o orçamento da UE pós-2020, o que conduz a preocupações legítimas dos cidadãos. Referiu-se, em especial, às atuais propostas, como o aumento da contribuição para o Orçamento da UE, que só poderiam ganhar legitimidade se oportunamente debatidas com os cidadãos. A substituição da Política de Coesão por novos instrumentos financeiros também exigiria um amplo debate público. Prosseguiu, sublinhando que os cidadãos não só esperavam ações na luta contra o terrorismo, mas também em áreas como o desemprego, as disparidades sociais, a proteção ambiental e a fraude fiscal.

No que concerne à migração, a Vice-presidente lamentou a falta de um sistema comum de asilo europeu, após mais de dois anos de negociações, bem como o facto de o acordo com a Turquia não estar a funcionar devidamente, sobretudo no que concerne à readmissão. Prosseguiu, afirmando tratarem-se de questões de resolução urgente, cuja solução passaria pela observância geral de um princípio da solidariedade, sem o qual a Europa ficaria dividida.

No que concerne à segurança, a oradora referiu-se à necessidade premente de discutir a questão de um Gabinete Europeu de Investigação, uma maior coordenação das forças de segurança da UE, bem como a ideia de envolver a Procuradoria Europeia na luta contra o

<sup>9</sup> <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2017/03/25/rome-declaration/>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

terrorismo. Abordando a questão da defesa, a oradora sublinhou a necessidade de garantir que todos os Estados-Membros participassem das discussões em pé de igualdade, como forma de evitar uma nova divisão e um "novo Schengen", questão sensível para a Bulgária.

Continuou a sua intervenção explicando que, ao eleger o alargamento como prioridade, a Bulgária escolhera destacar uma região crucial para a estabilidade do continente. Na sua opinião, acrescentar valor ao projeto comum de alargamento da UE, fazendo-a chegar aos Balcãs ocidentais, consistiria numa história de sucesso para a UE como um todo.

Seguiu-se uma alocução do Comissário Frans Timmermans, primeiro Vice-Presidente da Comissão Europeia. O orador começou por sublinhar que a ação da UE deveria ser calibrada com base nos desafios interligados que a UE enfrentava atualmente, nomeadamente o impacto global da quarta revolução industrial nas sociedades e no meio ambiente; o novo contexto estratégico marcado por uma nova visão da estabilidade internacional por parte da administração dos EUA; e o contexto europeu, rodeado de insegurança. Salientou, ainda, a necessidade de ação para alcançar a promessa não cumprida da convergência, que tem minado o apoio, quer à UE, quer aos políticos nacionais.

O orador destacou a necessidade de apresentar a UE como um instrumento que permite aos cidadãos recuperar o controlo e a confiança num futuro de progresso potencial. Na sua opinião, tal poderia ser alcançado, destacando-se os benefícios da quarta revolução industrial, trabalhando os pacotes da economia circular e do mercado digital, reduzindo a poluição e colocando convergência dentro de - e entre os EM no centro da discussão sobre o Quadro Financeiro Plurianual.

No que concerne à migração, o orador esclareceu que muitos EM assumiram responsabilidades no que respeita à recolocação, o que, no fundo, era apenas uma pequena parcela, embora essencial, de uma estratégia mais vasta. Continuou referindo que o fracasso do sistema de Dublin mostrara que era necessário reformá-lo, de modo que a que os esforços fossem compartilhados de maneira justa. Neste contexto, esclareceu que o principal desafio consistia nos migrantes sem direito a proteção internacional e que precisavam de ajuda para permanecer nos seus países, acrescentando que a União poderia promover o desenvolvimento sustentável nos países de origem e fortalecer a cooperação em matéria de segurança e controlo de fronteiras.

O orador continuou a sua intervenção referindo-se à *task force* por ele liderada sobre "subsidiariedade, proporcionalidade e fazer menos com maior eficiência", cuja primeira



Comissão de Assuntos Europeus

reunião se encontrava já agendada para 25 de janeiro, convidando os presentes a enviar os contributos que entendessem pertinentes para enriquecimento dos trabalhos, cujos resultados iriam contribuir para as discussões sobre o futuro da Europa, bem como para o estabelecimento das prioridades do Quadro Financeiro Plurianual subsequente.

Continuou alegando que a soberania não deveria ser interpretada como uma noção legal ou simbólica, mas sim como a capacidade de agir para resolver problemas dos cidadãos e das sociedades. Fazendo eco do ponto de vista do presidente Macron sobre soberania - dar à UE a capacidade de agir onde precisa de agir em nome dos seus EM e dos seus cidadãos - o orador salientou a imprescindibilidade do envolvimento dos Parlamentos Nacionais nesse processo.

Em conclusão, o orador sublinhou a necessidade da Comissão Europeia efetuar esta reflexão, com implicações que extravasam o seu atual mandato, com a colaboração dos Parlamentos Nacionais. Reiterou o seu pedido de contributos, juntamente com a promessa de resposta e expressou a confiança da Comissão Europeia na atual Presidência búlgara.

A oradora seguinte, Iskra Mihaylova, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional (REGI) do PE, iniciou a sua intervenção, defendendo a necessidade de ser assegurada a proximidade dos cidadãos com as políticas e instituições da UE, aspeto fundamental para o futuro da UE. Acrescentou, que o PE tem defendido ativamente os valores da UE nos domínios da migração, segurança, proteção das fronteiras e políticas ambientais.

Prosseguiu elogiando o Vice-presidente Timmermans pela sua constante disponibilidade e frequentes contactos com o Parlamento Europeu. Referindo-se à *task force*, expressou a convicção de que o Parlamento Europeu poderia contribuir substancialmente para os respetivos trabalhos, com base no debate constante sobre o futuro da Europa, que tem vindo a ser realizado em cada comissão e no plenário.

Neste contexto, delineou os principais relatórios e resoluções do PE sobre o futuro da Política de Coesão. Referiu-se, igualmente, às tendências do futuro desenvolvimento da UE: garantir maior flexibilidade do orçamento da UE, através da utilização de fundos estruturais para recuperar das catástrofes naturais; a extensão do Fundo Europeu de Investimento Estratégico para além das capacidades do orçamento da UE, envolvendo o sector privado; a extensão do orçamento para programas de apoio a reformas estruturais. Sublinhou, ainda, que a Comissão REGI se encontrava a trabalhar no Regulamento Geral do pacote da União



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Económica e Financeira e que a revisão do quadro financeiro até 2020 conduziria à simplificação e a uma melhor coordenação das políticas.

A oradora acrescentou que a alteração do Regulamento Geral para apoio ao Programa de Emprego Juvenil garantiria maior flexibilidade na utilização dos recursos limitados do Quadro Financeiro Plurianual e elogiou a rápida ação do PE na mobilização de fundos neste domínio. Referindo-se a uma recente reunião interparlamentar organizada pela Comissão REGI, sublinhou ter tomado nota das propostas apresentadas pelos parlamentares presentes, salientando as seguintes: utilização de recursos para alcançar resultados com alto valor acrescentado, vinculando o apoio comunitário aos processos de reforma; um melhor mecanismo de semestre europeu; a gestão flexível dos recursos financeiros; o uso efetivo dos instrumentos do Fundo de Investimento Estratégico, bem como a existência de instrumentos financeiros para aumentar a proporção de fundos economicamente efetivos; um saldo de garantias através dos fundos estruturais e outros instrumentos; e a possibilidade de complementar e combinar recursos.

Acrescentou, ainda, a importância da simplificação, complementada com um controlo eficiente, Estado de Direito e transparência das instituições da UE e dos Governos nacionais, declarando que o PE estava disposto a participar na reflexão sobre os principais temas em debate, nomeadamente o Quadro Financeiro Plurianual, deixando um trabalho de base para a legislatura subsequente.

Seguiu-se um debate, no qual participaram 21 parlamentares, que reiteraram e/ou complementaram muitas das ideias expostas pelos oradores do painel.

Participou, nesta fase, a Presidente da CAE, **Deputada Regina Bastos**, que iniciou a sua intervenção recordando que, recentemente, se celebrara o décimo aniversário da assinatura do Tratado de Lisboa, documento que, em sua opinião, constituía o símbolo de uma nova União Europeia. Continuou, recordando que, nos anos subsequentes, o guia para uma UE melhor e mais forte seria o Livro Branco sobre o Futuro da União Europeia e os seus cinco documentos de reflexão e salientou que a UE necessitava de coragem para levar a cabo as reformas que deverão moldar o seu futuro, completando projetos inacabados e com preocupações centradas nos jovens, que se encontram à margem do mercado de trabalho e cujo contributo para uma sociedade melhor e um maior crescimento económico é vital.

Sublinhou, ainda, a importância de aprofundar a União Económica e Monetária, especialmente o Fundo Monetário Europeu e o Sistema de Garantia de Depósito para



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

proteger os EM. Prosseguiu, aludindo ao tempo atual como o tempo de construção do Pilar Europeu dos Direitos Sociais para dar aos cidadãos europeus proteção social, inclusão e igualdade de oportunidades, defendendo que a globalização reforça a necessidade de, mais do que nunca, se construir um modelo europeu de proteção social.

Continuou, referindo não ser possível refletir sobre estes desafios, sem mencionar as migrações, ou as questões de segurança e defesa. Da mesma forma, defendeu que não se poderia deixar de mencionar o processo do Brexit, bem como a necessidade de acompanhar as negociações e de garantir a proteção dos direitos dos cidadãos e as obrigações financeiras.

Aludindo à *task force* sobre subsidiariedade, proporcionalidade e fazer menos com maior eficiência, recordou que o escrutínio das iniciativas europeias constituía uma componente importante do trabalho parlamentar, representando o respetivo compromisso em participar no processo de decisão europeu. Neste contexto, defendeu a importância do papel dos Parlamentos Nacionais nesta matéria, mas também no âmbito do futuro da União Europeia, aproximando os cidadãos das suas instituições e lutando pelos objetivos propostos.

#### 6. O papel das estratégias macrorregionais da UE para o desenvolvimento sustentável, estabilidade e segurança

Esta sessão<sup>10</sup>, igualmente moderada pelo Presidente da CAESFE do Parlamento búlgaro, Kristian Vigenin, contou com as intervenções dos seguintes oradores: Denitsa Nikolova, Vice-Ministra do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas da Bulgária e Coordenadora Nacional da Estratégia da UE para a Região do Danúbio [EUSDR]; Raul Malk, Embaixador Geral para a Região do Mar Báltico do Ministério das Relações Exteriores da Estónia e Presidente do Grupo dos Coordenadores Nacionais da Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico; e Audrone Perkauskiene, Chefe da Divisão de Cooperação Regional e OSCE do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE).

Apresentando a sessão, o moderador sublinhou a natureza oportuna do debate, acrescentando que as estratégias macrorregionais poderiam ajudar a alcançar um desenvolvimento sustentável, segurança e prosperidade. Recordou, ainda, que a Bulgária

<sup>10</sup> O vídeo da sessão encontra-se disponível em: <https://parleu2018bg.bg/en/videos/30>



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
Comissão de Assuntos Europeus

presidida à Estratégia macrorregional do Danúbio e que a Estónia liderava a Estratégia para a Região do Mar Báltico.

Denitsa Nikolova, Vice-Ministra do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas da República da Bulgária e Coordenadora Nacional da Estratégia da UE para a região do Danúbio (doravante referida como Estratégia do Danúbio), iniciou a sua intervenção sublinhando a importância de uma abordagem europeia comum nas quatro estratégias macrorregionais. Acrescentou que tal constituía uma forma planeada de cooperação transnacional, para além da União Europeia, representando um instrumento político de coordenação e implementação de uma ampla variedade de políticas, o que possibilita a tomada de certas medidas para superar desafios comuns.

Referindo-se especificamente à Estratégia do Danúbio, a oradora sublinhou a sua singularidade na construção de relacionamentos e promoção da cooperação entre os Estados membros da Região do Danúbio. O seu princípio - a Europa sem fronteiras - também evidencia o envolvimento na pré-adesão dos seus países.

Continuou abordando os três pilares sobre os quais as estratégias macrorregionais assentam, ou seja: não devem implicar novos financiamentos; nem estruturas adicionais; nem legislação adicional. Neste contexto, as estratégias são suportadas pelos mecanismos e instrumentos de financiamento pré-existentes.

Prosseguiu referindo que, apesar de cada estratégia ser única, existiam traços comuns referentes às respetivas estruturas de governação e financiamento, sendo os principais desafios o compromisso e coordenação política dos seus membros. Assim, torna-se necessário a existência de estratégias e projetos comuns, bem como o necessário financiamento para a sua consecução. Neste contexto, o debate sobre o futuro da Política de Coesão pós 2020 deveria envolver as estratégias macrorregionais.

Salientou, ainda, a oportunidade que constituía o facto de a Bulgária ter, em simultâneo, a Presidência do Conselho da UE e da Estratégia do Danúbio, o que consistia numa oportunidade única de influenciar a agenda europeia.

Destacou que, atualmente, existiam nove projetos comuns, em áreas como os transportes e a inovação. Referiu-se, ainda, às áreas do património cultural e ao turismo, atendendo à sua capacidade de melhorar as economias regionais. Neste ponto, recordou o próximo Fórum Internacional de Viagens, a ter lugar em Sófia, de 17 a 18 de outubro de 2018.



Comissão de Assuntos Europeus

Na sua qualidade de coordenadora nacional para a Estratégia do Danúbio, a oradora abordou a questão do mecanismo de coordenação ao nível nacional e referiu que este dava a oportunidade de aplicar todos os instrumentos financeiros desenvolvidos ao nível da UE. No mesmo sentido, referiu que havia um número significativo de projetos já implementados, a diferentes níveis, em conjunto com diferentes EM.

Terminou salientando que, apesar do seu sucesso inicial, a Estratégia do Danúbio necessitava, ainda, de medidas operacionais para ulteriores desenvolvimentos, pelo que instava os Parlamentos Nacionais a contribuir para o desenvolvimento de estratégias macrorregionais, encontrando soluções comuns para desafios comuns.

Seguiu-se a intervenção de Raul Malk, Embaixador Geral para a Região do Mar Báltico do Ministério das Relações Exteriores da Estónia e Presidente do Grupo dos Coordenadores Nacionais da Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico.

O orador iniciou a sua alocução elogiando a Presidência búlgara e as instituições da UE pelo papel recentemente atribuído às estratégias macrorregionais. Após um breve enquadramento geral e histórico sobre a Estratégia do Mar Báltico, abordou as áreas políticas que a estratégia abrange, entre as quais destacou a iniciativa "Save the Sea", de combate à poluição do Mar Báltico, com o objetivo de repor as necessárias condições ambientais até 2021.

Continuou a sua intervenção, referindo que a estratégia passava pelas seguintes ações: elaboração de políticas, de forma articulada com o financiamento nacional ou supranacional; criação e desenvolvimento de redes, nomeadamente na elaboração e implementação de projetos; e comunicação e cooperação macrorregional.

Em jeito de balanço, considerou que os melhores resultados haviam sido alcançados no âmbito das discussões políticas, redes e comunidades em torno de projetos, salientando as áreas de proteção do meio marinho, cooperação científica, transportes e energia. O orador observou, ainda, que graças aos *fora* anuais, um público mais vasto podia aceder a informação sobre a Estratégia do Mar Báltico e comunicou que o próximo fórum anual teria lugar em Tallinn, em junho de 2018.

No que concerne aos desafios enfrentados pela Estratégia do Mar Báltico, o orador apelou a um desenvolvimento macrorregional, bem como a estratégias mais integradas em políticas mais amplas da UE e dos EM. Destacou, como positivo, a existência de programas com coordenadores nacionais, bem como com o Comité INTERREG do Mar Báltico.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
Comissão de Assuntos Europeus

A reunião continuou com a intervenção de Audrone Perkauskiene, Chefe da Divisão de Cooperação Regional e OSCE do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE).

A oradora começou por referir os esforços de cooperação regional da UE e perspetivas na área do Mar Negro, mencionando que o respetivo desenvolvimento tinha beneficiado da adesão búlgara e romena à UE. Recordou que a estratégia se consubstanciava numa iniciativa de sinergia, cujo objetivo era concentrar a atenção política no nível regional e, igualmente, desenvolver a cooperação dentro da região do Mar Negro. Explicou, ainda, que a sinergia tinha sido concebida como um empreendimento coerente de longo prazo, com o objetivo de trazer prosperidade para a região, aberta a todos os Estados nas proximidades do Mar Negro e de alcance abrangente de diversas áreas políticas - meio ambiente, transportes, energia e sociedade civil.

Apesar dos progressos alcançados, a oradora considerou que a Sinergia do Mar Negro não atingira os objetivos para os quais havia sido criada, há dez anos, sendo necessário o aprofundamento de aspetos práticos da sinergia, entre os quais a melhoria da monitorização ambiental do Mar Negro e um diálogo mais aberto com a sociedade civil.

A concluir, a oradora abordou três aspetos adicionais que devem ser levados em consideração: apesar das dificuldades e tensões na região, é necessário desenvolver uma cooperação regional, que consista numa plataforma para enfrentar os desafios transnacionais; a complementaridade com outros quadros na região; as oportunidades oferecidas pelo Tratado de Lisboa, que devem ser mais utilizadas para garantir a coerência com os instrumentos internos e externos da UE.

Seguiu-se uma fase de debate, no qual participaram cinco intervenientes, reiterando as visões dos oradores, nomeadamente quanto à oportunidade que constituía a atual presidência Búlgara para o desenvolvimento das estratégias macrorregionais, bem como a necessidade do respetivo aprofundamento.

### *7. Sessão de Encerramento*

O Presidente Vigenin recordou as diversas reuniões previstas no âmbito da vertente parlamentar da Presidência búlgara do Conselho da União Europeia, que terminaria com a LIX COSAC, de 17 a 19 de junho de 2018.

Por fim, agradeceu a presença de todos, ressaltando a importância do debate produzido.



### Notas Finais

- Além dos documentos citados e mencionados em nota de rodapé, toda a documentação referente à reunião de Presidentes da COSAC podem ser encontrados em:

<http://www.cosac.eu/59-bulgaria-2018/meeting-of-the-chairpersons-of-cosac-21-22-january-2018-sofi/>

- À data de elaboração do presente relatório, encontra-se já a ser respondido, na 4.<sup>a</sup> CAE, o questionário tendente a contribuir para a redação do 29.º Relatório Bianual da COSAC;
- O plenário da COSAC realizar-se-á entre os dias 17 a 19 de junho de 2018, em Sófia com os seguintes temas: resultados alcançados pela Presidência búlgara do Conselho da UE; integração e conectividade dos Balcãs ocidentais; o Pilar Europeu dos Direitos Sociais; uma Política de Coesão pós 2020 forte e efetiva; a cooperação interparlamentar na UE no contexto do debate da subsidiariedade e da proporcionalidade;
- Encontra-se já agendada uma reunião do Grupo de Trabalho da COSAC para acompanhamento dos trabalhos da referida *task force* sobre “subsidiariedade, proporcionalidade e fazer menos com maior eficiência” (mencionado *supra*, no ponto 3) para o próximo dia 26 de março.

Assembleia da República, 3 de maio de 2018

A Presidente da Comissão de Assuntos Europeus,



(Regina Bastos)